

PROCESSO Nº 6210.2021/0005589-0
DESPACHOI – A vista dos elementos constantes nestes autos e no uso da competência que me confere o artigo 4º da Lei 13.766/2004, **APLICO** à empresa GEOLAB INDÚSTRIA FARMA-CÉUTICA S.A., CNPJ: 03.485.572/0001-04, a penalidade de multa no montante de R\$ 18,36 (dezoito reais e trinta e seis centavos), que corresponde a 5% sobre o valor da Nota Fiscal nº 403070, em virtude do atraso na entrega do material, com fundamento no subitem 8.1.3 do item 8.1 da Cláusula Oitava - Das Penalidades da Ata de Registro de Preços nº 096/2020 – SMS.G.
II - Publique-se.

PROCESSO Nº 6210.2021/0003238-6
DESPACHO DA CHEFIA DE GABINETEI - Nos termos da competência delegada pela Portaria nº 21/2017 – HSPM, publicada no D.O.C. de 07 de fevereiro de 2017, **CONHEÇO** da DEFESA PRÉVIA interposta por DL DISTRIBUIDORA DE MED. EIRELI., CNPJ: 31.556.536/0001-11, por tempestivo, e no mérito **DOU-LHE PARCIAL PROVIMENTO**, para que seja aplicada multa de 13% sobre o valor total dos itens entregues com atraso, o que corresponde a R\$ 1.396,72 (um mil trezentos e noventa e seis reais e setenta e dois centavos), pelo atraso de 13 dias na entrega do produto, penalidade aplicada com fundamento no item 9.3.5 do item 9.3 da CLÁUSULA IX – DAS PENALIDADES da ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº 14/2020 – HSPM.
II - Prazo Recursal: 5 dias úteis.
III - Publique-se.

PROCESSO Nº 6210.2019/0010029-9
DESPACHO I - Considerando os termos do parecer da Assessoria Jurídica desta Autarquia, constante destes autos, que adoto como fundamento desta decisão, **CONHEÇO** do Recurso apresentado por TECH MAIS IMPORTAÇÃO LTDA - ME, CNPJ nº 16.103.634/0001-00, e no mérito **DOU-LHE PROVIMENTO**, para anular a decisão que aplicou-lhe multa de R\$ 197,76 (cento e noventa e sete reais e setenta e seis centavos).
II - Publique-se.

SISTEMA ELETRONICO DE INFORMACOES - SEI
DESPACHOS: LISTA 907
HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL
ENDERECO: RUA CASTRO ALVES, 60
PROCESSO nº 6210.2021/0005907-1
Interessado (a): Rogerio Gonçalves
Assunto: Exclusão de Registro Hospitalar
Despacho Deferido
I - Defiro, nos termos do parecer da Procuradoria desta Autarquia.
II - Publique-se.
III - Após, encaminhe-se à Seção Técnica de Marcação de Consulta para anotações cabíveis.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

GABINETE DO SUPERINTENDENTE

BENEFÍCIOS

EXTINÇÃO DE PENSÃO
6310.2021/0000578-1 - MARIA LÚCIA DA CUNHA
- À vista das informações e com base no artigo 21, I e parágrafo único do artigo 22, todos da Lei nº 15.080/2009 e Lei 17.020/2018, **JULGO EXTINTA** a pensão, a partir de 17/10/2020.
6310.2021/0000579-0 - PAULINA DE JESUS NOGUEIRA
- À vista das informações e com base no artigo 16, I e parágrafo único do artigo 17, todos da Lei nº 10.828/90, **JULGO EXTINTA** a pensão, a partir de 12/03/2020.
6310.2021/0000688-5 - ANNITA GALANTIER D'AGOSTINI - À vista das informações e com base no artigo 16, I e parágrafo único do artigo 17, todos da Lei nº 10.828/90, **JULGO EXTINTA** a pensão, a partir de 11/09/2020.
6310.2021/0000909-4 - ANA EMA CISCATO FERREIRA
- À vista das informações e com base no artigo 21, I e parágrafo único do artigo 22, todos da Lei nº 15.080/2009, **JULGO EXTINTA** a pensão, a partir de 12/03/2021.
6310.2021/0000949-3 - ARACY DE OLIVEIRA SILVA - À vista das informações e com base no artigo 16, I e parágrafo único do artigo 17, todos da Lei nº 10.828/90, **JULGO EXTINTA** a pensão, a partir de 13/03/2021.
6310.2021/0001183-8 - ALTINA ALVES DOS SANTOS - À vista das informações e com base no artigo 16, I e parágrafo único do artigo 17, todos da Lei nº 10.828/90, **JULGO EXTINTA** a pensão, a partir de 30/11/2020.

INSCRIÇÃO DE PENSIONISTAS – DEFERIDOS
6310.2020/0003360-0 - VALDETE LEANDRO DE SOUZA
- À vista das informações e documentos apresentados, **DEFIRO** o pedido constante no documento SEI 035882120, com base nos Decretos Municipais 46.861/2005 e 52.397/2011, e nos artigos 2º, inciso I e 12, inciso IV da Lei Municipal nº 15.080/2009, e na Lei Municipal 17.020/2018, regulamentadas pelo Decreto 58.708/2019, em seu artigo 1º, inciso I, §1º, observando o prazo de manutenção previsto no seu artigo 7º, inciso IX, alínea “b6”.
6310.2021/0000208-1 - ZEZITO ALVES PUGAS – À vista das informações e documentos apresentados, **DEFIRO** o pedido constante no documento SEI 039216523, com base nos Decretos Municipais 46.861/2005 e 52.397/2011, e nos artigos 2º, inciso I e 12, inciso I da Lei Municipal nº 15.080/2009, e na Lei Municipal 17.020/2018, regulamentadas pelo Decreto 58.708/2019, em seu artigo 1º, inciso I, §1º, observando o prazo de manutenção previsto no seu artigo 7º, inciso IX, alínea “b6”, a partir de 18/01/2021.

6310.2021/0000302-9 - WALTER DAL ACQUA – À vista das informações e documentos apresentados, **DEFIRO** o pedido constante no documento SEI 041968381, com base nos Decretos Municipais 46.861/2005 e 52.397/2011, e nos artigos 2º, inciso I e 12, inciso IV da Lei Municipal nº 15.080/2009, e na Lei Municipal 17.020/2018, regulamentadas pelo Decreto 58.708/2019, em seu artigo 1º, inciso I, §1º, observando o prazo de manutenção previsto no seu artigo 7º, inciso IX, alínea “b6”.

INSCRIÇÃO DE PENSIONISTAS – INDEFERIDOS
6310.2020/0003429-1 - MARIA APARECIDA LIMA NASCIMENTO - À vista das informações e documentos apresentados, **INDEFIRO** o pedido constante no documento SEI 037118758, por não preencher as condições previstas no artigo 2º, inciso I da Lei Municipal nº 15.080/2009. Ou seja, por não comprovar a alegada convivência marital.
6310.2020/0003983-8 - CELINA EVANGELISTA DE SOUZA – À vista das informações, documentos apresentados, em especial a Declaração de Estado Civil em documento SEI 037745290, **INDEFIRO** o pedido de documento SEI 037744992, por não preencher as condições previstas no artigo 4º, da Lei nº 15.080/2009, e na Lei Municipal 17.020/2018, regulamentadas pelo Decreto 58.708/2019, em seu artigo 1º, inciso I, § 3º. Ou seja, por estar separada de fato e não comprovar dependência econômica em relação ao segurado.

ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA - DEFERIDOS
6310.2020/0000086-9 - IZABEL BARBOSA DE CAMPOS
- À vista das informações e laudo médico sob o SEI 046597260, **DEFIRO** o pedido constante do SEI 024928063.

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO EM DIÁRIO OFICIAL: 26/06/2021, PG. 20 - EXTINÇÃO DE PENSÃO

Para fazer constar o número correto do processo e não como constou:
“6310.2021/0001241-9 - OTAVIO ISAMU SAMMI”

DIVISÃO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO - QUITAÇÃO
SEI 6310.2021/0002101-9– ELAINE CRISTINA SILVA PINHEIRO e ALEXANDRE JOSÉ PINHEIRO
6310.2021/0002025-0- ANTONIA RODRIGUES CHILO e WILSON WILIAN CHILO
6310.2021/0001904-9- BETSABÁ FELIX DE ALMEIDA
Autorizo, de conformidade com a competência delegada pelo Título de Nomeação nº 191, publicado no DOC em 01/10/2019, a quitação do débito hipotecário, por ter o IPREM , recebido do (s) devedor (es)a totalidade dos seus créditos, razão pela qual dá ampla e geral quitação, para nada mais pretender a este título.

CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – HOMOLOGAÇÃO
6016.2021/0054518-4 - PMSP – SANDRA REGINA BENTO DIAS – RF(s) nº(s) 685.305.6-01 - CTC(s) nº(s) 588/IPREM/2021 emitida(s) em 02/06/2021;
6016.2021/0057137-1- PMSP – EMILIA FERNANDES DE OLIVEIRA GARCIA – RF(s) nº(s) 576.590.1-01 - CTC(s) nº(s) 651/IPREM/2021 emitida(s) em 15/06/2021;
6016.2021/0025301-9 - PMSP – ANA MARIA PATROCINIO ANDRADE CIOFFI – RF(s) nº(s) 549.866.0-01 e 549.866.0-02 - CTC(s) nº(s) 319 e 660/IPREM/2021 emitida(s) em 16/03/2021 e 15/06/2021;
6016.2019/0049704-6- PMSP – WAGNER DA SILVA– RF(s) nº(s) 669.022.0-01- CTC(s) nº(s) 679/IPREM/2021emitida(s) em 23/06/2021 e
6016.2021/0008591-4 - PMSP – ZULEICA MASTROCOLLA – RF(s) nº(s) 691.084.0-01 e 691.084.0-02 - CTC(s) nº(s) 278 e 279/IPREM/2021 emitida(s) em 02/03/2021.
HOMOLOGO as Certidões de Tempo de Contribuição emitidas com fundamento nas disposições da Portaria MPS nº 154/2008. Publicada no DOU de 16/05/2008.

CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – CANCELAMENTO DE HOMOLOGAÇÃO
6016.2019/0049704-6 - PMSP – WAGNER DA SILVA – RF(s): 669.022.0-01 – CTC(s) nº(s) 437/IPREM/2020publicada(s) em 07/03/2020.

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

CORREGEDORIA GERAL DO MUNICÍPIO

SEI Nº 6067.2019/0025517-2
Despacho interno CGM/CORR/CPP-PAR-6 Nº 046191112
I - Apesar de regularmente citada e intimada no endereço atualmente constante no Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral da Receita Federal do Brasil (documentos SEI nºs 027608988 e 034297013), ocorrendo inclusive de a pessoa que assinou o AR referente à citação aparentemente se tratar do Presidente da entidade (conforme demonstram as digitalizações dos processos administrativos relativos à seleção e às prestações de contas da pessoa jurídica ré junto à PMSP - documentos SEI nº 030626362 e seguintes), mas não tendo havido qualquer forma de apresentação tempestiva de defesa escrita por parte da pessoa jurídica **CONSCIÊNCIA RESPONSABILIDADE EDUCAÇÃO E RESPEITO, CNPJ/MF nº 05.235.465/0001-45**, resta inarredável a decretação da sua revelia no presente, nos termos do artigo 9º, parágrafo único, do Decreto Municipal nº 55.107/2014.
SEI Nº 6067.2019/0026086-9
Despacho interno CGM/CORR/CPP-PAR-6 Nº 0461906
I - Apesar de regularmente citada e intimada no endereço atualmente constante no Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral da Receita Federal do Brasil (documentos SEI nºs 027608598 e 031108246), ocorrendo inclusive que a pessoa que assinou o AR referente à citação consta nos atos constitutivos da entidade como membro de seu Conselho Fiscal (conforme documento SEI nº 043647193), mas não tendo havido qualquer forma de apresentação tempestiva de defesa escrita por parte da pessoa jurídica **ASSOCIAÇÃO DO JARDIM SÃO VICENTE E ADJACÊNCIAS, CNPJ/MF nº 01.483.998/0001-95**, resta inarredável a decretação da sua revelia no presente, nos termos do artigo 9º, parágrafo único, do Decreto Municipal nº 55.107/2014.
SEI Nº 6067.2019/0026073-7
Despacho interno CGM/CORR/CPP-PAR-6 Nº 046189524
I - Apesar de regularmente citada e intimada no endereço atualmente constante no Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral da Receita Federal do Brasil (documentos SEI nºs 027608713 e 031107774), ocorrendo inclusive de a pessoa que assinou o AR referente à citação aparentemente se tratar da atual Presidente da entidade (conforme demonstra o documento SEI nº 043637622), sendo que pessoa com nome idêntico ou similar assinou o segundo AR encaminhado por esta CPP (documento SEI nº 045198103), mas não tendo havido qualquer forma de apresentação tempestiva de defesa escrita por parte da pessoa jurídica **ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE EPONINA ROCHA GONÇALVES, CNPJ/MF nº 15.799.195/0001-59**, resta inarredável a decretação da sua revelia no presente, nos termos do artigo 9º, parágrafo único, do Decreto Municipal nº 55.107/2014.
SEI Nº 6067.2019/0025519-9
Despacho interno CGM/CORR/CPP-PAR-6 Nº 046104935
I - Apesar de regularmente citada e intimada no endereço atualmente constante no Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral da Receita Federal do Brasil (documentos SEI nºs 027608840 e 034552963), mas sem qualquer forma de apresentação tempestiva de defesa escrita por parte da pessoa jurídica **CENTRO SOCIAL BENEFICENTE DE RECUPERAÇÃO EL SHADAI, CNPJ/MF nº 02.986.801/0001-01**, resta inarredável a decretação da sua revelia no presente, nos termos do artigo 9º, parágrafo único, do Decreto Municipal nº 55.107/2014.

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

DEPTO DE DESAPROPRIAÇÕES

DESPACHO DO GABINETE DA PROCURADORIA – DESAP
SEI 6022.2019/0005766-9- DEPARTAMENTO DE DESAPROPRIAÇÕES Depósito complementar da oferta para fins de imissão na posse de imóvel necessário à implantação do melhoramento “Bacia do Córrego Paciência”. Autorização para emissão de Nota de Empenho. Em face dos elementos que instruem o presente e pela competência delegada na Portaria nº 01/16 – PGM/CGMG.G, **AUTORIZO** a emissão de nota de empenho, onerando a dotação nº **86.00.86.22.17.451.3005.5.013.4.4.90.61.00.03**, no valor estimado de **R\$ 141.710,02**

(cento e quarenta e um mil, setecentos e dez reais e dois centavos) do orçamento vigente, conforme a nota de reserva com transferência de recursos (doc. 046860046), correspondente ao depósito complementar da oferta para fins de imissão na posse de imóvel necessário à implantação do Melhoramento “Bacia do Córrego Paciência” no âmbito da ação expropriatória de autos nº 1069737-50.2019.8.26.0053-12” VFP.

DEPTO JUDICIAL

DESPACHO DO DIRETOR
6021.2018/0040677-1 – Em face dos elementos e documentação que instruem o presente, notadamente as manifestações das Procuradoras de JUD 32 e de JUD ATA, que adoto como razão de decidir, havendo recursos disponíveis, à luz do disposto no Decreto no. 60.052/2021, no uso da competência que me foi delegada pelas Portarias 01/2016 e 09/2020 - PGM/CGMG.G, **AUTORIZO**, a emissão de Nota de Empenho no valor de R\$ 87,27 (oitenta e sete reais e vinte e sete centavos), onerando a dotação no. 21.10.02.062.3024.4.817.3.3.90.39.00.00 do orçamento vigente, em favor do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO, inscrito no CNPJ 51174001/0001-93, com vistas a promover o pagamento de guia de diligência de Oficial de Justiça nos autos da Carta Precatória 1000047-39.2021.8.26.0405, da 1a. Vara Cível da Comarca de Ubatuba, em ação movida pela Municipalidade em face da Federação Paulista de Futebol Sete Society e Outro, conforme determinação judicial constante do presente.
6021.2021/0022929-8 – Em face dos elementos e documentação que instruem o presente, notadamente a manifestação do Procurador oficiente, de JUD ATA e JUD Contabilidade retro, que adoto como razão de decidir, à luz do disposto no Decreto no. 60.052/2021, no uso da competência que me foi delegada pelas Portarias 01/2016 e 09/2020 - PGM/CGMG.G, **AUTORIZO**, a emissão de Nota de Empenho no valor de R\$ 79,59 (setenta e nove reais e cinquenta e nove centavos), onerando a dotação no. 21.10.02.062.3024.4.817.3.3.90.36.00.0 0 do orçamento vigente, com vistas a promover o pagamento de diligências do Oficial de Justiça **MARCELO EDUARDO GARCIA**, inscrito no CPF sob o n. **121.288.918-50**, consoante Mapa Mensal de Mandados e certidão constantes do presente.

SAÚDE

GABINETE DO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 286/2021-SMS. G Estabelece critérios para a retomada gradual do agendamento de consultas presenciais, exames e procedimentos na Rede de Atenção Básica e Especializada a partir de 24 de junho de 2021 e revoga a Portaria nº 141, de 25 de março de 2021.
O Secretário Municipal de Saúde, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,
Considerando a situação epidemiológica atual de pandemia de COVID-19;
Considerando a Lei Federal nº 13.979 de 06/02/2020, que dispõe sobre as medidas de emergência de Saúde Pública;
Considerando o Decreto Municipal nº 59.283, de 16/03/2020, que decreta a situação de emergência no Município de São Paulo para enfrentamento da pandemia decorrente do coronavírus de importância internacional;
Considerando a Portaria nº 148/2020-SMS. G, de 19/03/2020, que determina que os equipamentos de Saúde deverão estar com suas equipes completas no âmbito administrativo e assistencial para suprir as necessidades dos serviços e garantir o atendimento à população;
Considerando a necessidade de garantir o atendimento adequado à população, seguindo as linhas de cuidado com atenção às medidas de prevenção e redução dos riscos de infecção pelo novo coronavírus de servidores e usuários que frequentam os Equipamentos de Saúde;
Considerando a Campanha de Vacinação para a imunização da população contra a COVID-19, de acordo com as diretrizes da Política Nacional de Imunização.
RESOLVE:
Art. 1º Fica determinada a retomada gradual do agendamento de consultas presenciais, exames e procedimentos na Rede de Atenção Básica e Especializada a partir de 24 de junho de 2021, na forma especificada a seguir:

- 1. NA ATENÇÃO BÁSICA:**
 - A estrutura do agendamento para atendimento presencial do profissional médico, enfermeiro e equipe multiprofissional (educador físico, terapeuta ocupacional fisioterapeuta, psicólogo, nutricionista, farmacêutico, fonoaudiólogo, assistente social), deverá disponibilizar no mínimo 50% do número previsto para a categoria profissional. A agenda deve ser planejada otimizando o agendamento das prioridades e com olhar para as demandas reprimidas durante a restrição dos atendimentos devido a pandemia.
 - As agendas para os atendimentos odontológicos presenciais (UBS e UOM) devem ser retomados, seguindo orientações em “Diretrizes para Saúde Bucal em Tempo de COVID-19”, com a orientação da redução do número de consultas e otimização do tempo clínico, possibilitando o retorno das consultas presenciais aos usuários em suas demandas clínicas e de prótese, intercalados com as demandas espontâneas de urgência que já estavam sendo atendidas, seguindo as normas de biossegurança estabelecidas, conforme orientações de reorganização dos serviços odontológicos.
 - Considerar a estratégia de Teleconsultas nos outros 50% das agendas dos profissionais com objetivo de evitar aglomeração de pacientes nos espaços de espera;
 - Todas as Teleconsultas deverão ser registradas no prontuário dos pacientes com apontamento obrigatório da queixa e duração (QD), hipótese diagnóstica (HD), conduta, data e horário do atendimento com carimbo e assinatura do profissional na evolução;
 - Considerando que a retomada dos agendamentos é destinada aos profissionais que não estão empenhados na organização e aplicação da imunização contra a COVID-19 e suas atividades correlatas, a justificativa tratada na Portaria 116/2021 – SMS.G não é aplicável, e pode haver a incidência de cobrança de metas, nos casos especificados.
- Parágrafo Único: Todo usuário que procurar a Unidade sem agendamento deve ser acolhido, avaliado e atendido em sua necessidade em saúde.
- Art. 2º Manter os atendimentos, preservando as diretrizes preconizadas pela vigilância sanitária, obedecendo as medidas de segurança do usuário e equipe assistencial no atual cenário pandêmico:
 - Sala de acolhimento e classificação de risco;
 - Atendimentos de Pré-Natal baixo e alto risco;
 - Atendimentos de Puerpério e Puericultura;
 - Atendimento de pacientes crônicos na faixa etária abaixo de 60 anos com obesidade, diabetes mellitus e hipertensão de maior risco e alta vulnerabilidade;
 - Idosos;
 - Atendimento de pacientes do Programa Melhor em Casa;
 - Acompanhamento de Doenças Infectocontagiosas (Tuberculose, Sifilis, HIV, entre outros);
 - Coleta de exames, inclusive coleta de citopatologia oncológica;
 - Curativo, Medicação e procedimentos correlatos,
 - Vacinação;
 - As farmácias deverão permanecer em funcionamento durante todo o horário de atendimento da Unidade.
- NOS SERVIÇOS DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA:**

Os serviços de saúde que prestam assistência complementar, conveniados e contratualizados com a Secretaria Municipal da Saúde, devem manter o atendimento clínico, cirúrgico e diagnóstico complementar, observada a restrição de agenda, de acordo com os planos operativos, exceto os referentes à assistência oncológica, serviços cardiológicos de urgência, terapia renal substitutiva e transporte sanitário, que não deverão alterar a oferta de atendimento (em conformidade com a Portaria SMS nº 189/2021)

Art. 3º Cada serviço (UBS, Ambulatório, Hospital, UPA, AMA, PS e outros) deve manter seus profissionais para prestar assistência a 100% das intercorrências de urgência e emergência relacionadas ou não à COVID-19, assim como os demais procedimentos, durante todo o período de funcionamento do serviço.

Art. 4º Os atendimentos coletivos em grupos podem ser realizados de forma virtual ou presencial seguindo as recomendações abaixo:

Retomada nos equipamentos onde a atividade em grupo é essencial à assistência e característica da modalidade (CECCO, Centro de Práticas-CPN, UMT);

Nos outros equipamentos, as atividades coletivas devem ser relacionadas à assistência das prioridades (doenças crônicas, auto monitoramento glicêmico);

Os grupos devem ter no máximo cinco pessoas, sendo um instrutor e quatro usuários, preferencialmente com participantes que já tenham sido vacinados com duas doses;

Manter o distanciamento físico de 2 metros entre os participantes;

Manter rigorosamente os protocolos para a prevenção da Covid-19, como o uso de máscaras durante toda a atividade e utilização de álcool gel;

Art. 5º As capacitações em serviço que estejam ligadas às prioridades e de acordo com planejamento local de modo que não ocorra impacto na assistência, podem ser retomadas, limitadas a cinco participantes e seguindo rigorosamente os protocolos preventivos.

Parágrafo Único: Atividades coletivas não devem ser desenvolvidas em consultórios ou espaços que não disponham de arejamento e ventilação.

Art. 6º As visitas domiciliares deverão ser mantidas, como ponto importante do cuidado, sendo necessária a organização das prioridades, também devem ser realizadas para as demais situações que se fizerem necessárias, respeitando as orientações de biossegurança.

Art. 7º Para os pacientes em Oxigenoterapia Domiciliar (ODP), as visitas realizadas por fisioterapeutas podem ser operacionalizadas por telemonitoramento, com controle de todos os contatos, acompanhamento do quadro clínico, registro de eventuais queixas, com data, hora e nome do responsável pelas informações e anotações. Caso ocorra solicitação da família ou da Unidade de referência para visita, o caso deve ser executado. Nas visitas que forem realizadas, tanto pelas fisioterapeutas como nos casos de instalação, entrega, reparo de equipamentos e substituição de peças ou equipamentos, as contratadas devem empregar os meios de proteção recomendados pela vigilância em saúde do município aos seus profissionais (Portaria SMS nº 166/2020).

Art. 8º As ações comunitárias no território estão mantidas e direcionadas de acordo com a "Recomendação Técnica de Manejo Comunitário na COVID-19", disponível em https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/30072020_RECOMENDACAO_TECNICA_MANEJO_COMUNITARIO_NA_COVID_v2_corrigido.pdf e segundo análise do cenário epidemiológico da COVID-19.

Art. 9º Para a organização da assistência deve-se considerar a intensificação da limpeza e desinfecção dos equipamentos respeitando todas as normas de biossegurança, conforme diretrizes estabelecidas.

Art. 10º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada a Portaria nº 141, de 25 de março de 2021.

HOSPITAL MUNICIPAL TIDE SETÚBAL
Portaria 005/2021 – HMTS
Dr. Carlos Alberto Velucci, Diretor de Departamento Técnico Hospital Municipal Tide Setúbal, no uso das atribuições que lhes são conferidas por lei;
RESOLVE:
I – Alterar a Comissão do Núcleo de Segurança e Qualidade do Paciente, publicada em DOC. sob a portaria 006/2020 em 13/02/2020 passando a ser composta pelos seguintes integrantes:

SETOR OU FUNÇÃO	NOME	RF
DIRETORIA TÉCNICA	DR. CARLOS ALBERTO VELUCCI	59058265
DIRETORIA ADMINISTRATIVA	DR. WERNNER SANTOS GARCIA	80693791
DIRETORIA DE ENFERMAGEM	ENFª ALEXSANDRA DINIZ MONTANHER	85477182
DIRETOR ADJUNTO	DR. JORDAN CORIOLANO DE CARVALHO	57652261
ASSESSORA TÉCNICA DE ENFERMAGEM	ENFª SHEILA MARIA DA SILVA	83459372
ASSISTENTE DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	ANA LUCIA SOARES BATISTA	82956112
ASSISTENTE DE GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	CÉZAR ALEXANDRE DE ABREU	83021382
COORDENAÇÃO CME/CIRÚRGICO	ENFª ARLETE VELOSO DOS SANTOS	52738462
COORDENADOR DE GESTÃO DE RESÍDUOS/QUALIDADE	ENFª MAGDA GECELY POSSATO	70645433
COORDENADOR NHE	ENFª ROGER RABELO DOS SANTOS	78418503
COORDENADORA CM	ENFª ALMIR SANTANA JÚNIOR	82899722
COORDENADORA MATERNIDADE / POSTO DE COLETA	ENFª ELIANA ROCCI	61771153
COORDENADORA MÉDICA - ME-LHOR EM CASA	DRA. DIANA SILVA DE OLIVEIRA	71564485
COORDENADORA NIR	ENFª CLAUDIA SIMONE DOS SANTOS	83004022
COORDENADORA PSA/PSI	ENFª ANDRÉ MARQUES	71705563
COORDENADORA SERVIÇO SOCIAL	ERCLIA MARIA RAMOS ARAÚJO	87801292
COORDENADORA UTI ADULTO	ENFª CRISTIANE SOLIMA CARREIRA GOBATO	82996502
COORDENADORA UTI/UNIDADE NEONATAL	ENFª DENISE PEREIRA DA SILVA	83041062
EDUCAÇÃO PERMANENTE	ENFª QUEZIA VIEIRA MARINHO	53838466
ENFERMAGEM MELHOR EM CASA	ENFª PRISCILA DE OLIVEIRA ARRUDA CÂNDIDO	83383962
ENFERMAGEM PADRONIZAÇÃO DE MATERIAIS	ENFª HELENA DE FATIMA DA LUZ MARTINS	83160232
ENFERMAGEM SEGURANÇA E QUALIDADE	ENFª NÁDIA DO CARMO GRECCO	83343072
ENFERMAGEM STICH	ENFª SONIA ABRANTES LEITE	66263193
FARMÁCIA TERAPÊUTICA	ROGERIO SANTOS BIANCHI	53192853
FARMÁCIA TERAPÊUTICA	VALDEMIR ALMEIDA SANTOS	64180233
HUMANIZAÇÃO	CLAUDIA NASCIMENTO DOS SANTOS	83001272

II - Todas as reuniões deverão, obrigatoriamente, ser registradas em ata, sob a responsabilidade da Secretária da Comissão.

III – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DESPACHO
PROCESSO: 6018.2020/0043135-8
I - À vista dos elementos contidos no presente, com fundamento no §5º do art. 42 da Lei Federal nº 8.666/93 e da Lei Federal nº 8.080/1990, **AUTORIZO** o Terceiro Termo de Aditamento ao Contrato 101/2020/SMS-1/CONTRATOS celebrado com pessoa jurídica de direito privado privado CÓDIGO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ nº 05.577.367/0001-96, para fins de supressão do montante de R\$ 17.947,19 (dezessete mil e noventa e quarenta e sete reais e dezenove centavos), correspondente a 0,80% do valor total contratual, na realização de obras de reforma da “UBS Vila Cupecê” no âmbito do projeto Avança Saúde São Paulo, que contará com recursos do financiamento realizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, consoante política de aquisições GN-2349-9 (030497309), através do Empréstimo 4641/OC-BR (030497209).